

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Darlene Venancio Diniz

**PRÁTICA PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RISCO NO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – VALE DO RIBEIRA**

Novembro

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Darlene Venancio Diniz

**PRÁTICA PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RISCO NO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL – VALE DO RIBEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido e apresentado
como requisito para a obtenção do título de Especialista em
Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar na Universidade
Federal do Paraná – Setor Litoral.

Professor Orientador: Anderson Santos

Novembro

2011

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda as questões pertinentes as crianças e adolescentes em situação de risco para a violência ou violência diagnosticada no município de Cerro Azul, por meio da prática profissional do Assistente Social em parceria com o Conselho Tutelar em suas atividades cotidianas. Trata dos conceitos de violência e sua tipificação, das garantias por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente e da proteção social especial. É baseado nas experiências vivenciadas ao longo de um ano de trabalho, setembro de 2010 à setembro de 2011, através das dificuldades encontradas no trabalho em rede e nos bons resultados positivos do envolvimento e parceria entre serviço social e conselho tutelar.

PALAVRAS-CHAVE: Criança e adolescente; Assistente Social; Conselho Tutelar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVO GERAL	8
2.1 Objetivos específicos	8
3. METODOLOGIA	8
4. AVANÇOS APÓS A INTITUCIONALIZAÇÃO DO ECA	9
5. CONCEITUANDO E TIPIFICANDO AS VIOLÊNCIAS	11
5.1 Identificando uma situação de violência	12
6. PARA MAIOR COMPREENSÃO: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	14
7. O TRABALHO DO CONSELHO TUTELAR EM PARCERIA COM O SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO	15
8. FUNCIONALISMO PÚBLICO: AVANÇOS E RETROCESSOS NO TRABALHO EM REDE	19
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22
ANEXOS: MANUAL E FICHA DE NOTIFICAÇÃO IMPLANTADA NOS SETORES PÚBLICOS	24

1. INTRODUÇÃO

Diante da responsabilidade de desenvolver um trabalho de conclusão de curso que expusesse as ações preventivas e protetivas no trabalho cotidiano, em relação a prioridade absoluta que é o segmento social das crianças e adolescentes, e cientes que de acordo com o ECA “é dever da família, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária”, traçamos objetivos que enfrentam a situação atual de violência e risco social, promovendo elucidação acerca dos procedimentos a serem adotados em situação de violação de direitos e como diagnosticá-los, realizando abordagem ética. Constata-se no município de Cerro Azul que, o segmento que se encontra em um momento de maior conflito social é exatamente o das crianças e adolescentes, em faixa etária de 6 a 17 anos, por motivo do descaso. Quando fala-se descaso, nos referimos ao setor público, por meio do seu quadro de funcionários dividido nos diversos setores. A escola, por exemplo, é o espaço com maior poder de intervenção positiva em relação a este determinado segmento, pois tem contato direto e diário com as crianças e adolescentes, podendo perceber situações de degradação e violação de direitos, em nível preventivo ou de intervenção protetiva. Cabe ressaltar, que nenhuma garantia será efetivada enquanto os profissionais envolvidos, sejam professores e profissionais de escolas ou profissionais da saúde, assistência e demais setores públicos, não perceberem a necessidade de atenção e comprometimento para além da profissão e do horário de expediente, dever de cidadão de perceber situações de violação e notificá-las. No cotidiano de trabalho desenvolvido no fórum do município de Cerro Azul, percebe-se claramente a omissão de todos os setores públicos através da maioria de seus funcionários, e são esses setores os meios mais próximos da comunidade, os quais percebem situações de violência, mas não informam ao Conselho Tutelar e deixam que situações graves passem despercebidas ou repassam a responsabilidade a outro setor, sem averiguar se houve atendimento. Analisamos os registros desde o ano 2000, porém não houve necessidade de tabulação, pois os casos de violência

registrados são irrisórios. Os registros demonstram que o nível de violência no município é baixo. A comarca de Cerro Azul (18 mil habitantes), abrange mais um município chamado Doutor Ulisses, que possui aproximadamente sete mil habitantes e a maioria da população reside na área rural em ambos os municípios. Na realidade, a violência sempre existiu e talvez com a mesma frequência, porém não era e ainda é pouco notificada. Existe a questão cultural, de um povo da lavoura, que viveu a maior parte de sua história em coronelismo¹ e que são acostumados a viver isolados na área rural. Nas famílias com casos de violência contra crianças e adolescentes, a violência acontece passando de geração em geração e não é descoberta, pois os profissionais e autoridades não chegam onde a população reside e os casos da área urbana são camuflados, pois quase sempre envolve os parentes ou amigos de alguma família tradicional ou autoridades. “Considerar a dimensão cultural é decisivo na revisão das estratégias de atuação do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente” (Silva e Souza Silva, p. 25). No Brasil, até o final da ditadura militar, que ocorreu entre 1964 a 1985, as crianças e adolescentes praticamente não existiam, não eram considerados sujeito de direitos.

“Diversas sondagens de opinião publicadas pelos meios de comunicação, nos últimos anos, revelam que grande parte da população é favorável, por exemplo, a redução da maioridade penal para 16 anos (...). Da mesma forma, o assassinato de adolescentes pobres e a exploração sexual infantil de meninas (os) nessa faixa etária são práticas aceitas – e mesmo o trabalho doméstico de meninos é realizado por estratos significativos de grupos sociais com maior poder aquisitivo, sendo visto não só como algo natural, como positivo” (Silva e Souza Silva, p. 24).

Tal situação, cultural brasileira, se reflete claramente em municípios pequenos, de difícil acesso e com IDH baixíssimo. O desafio do presente trabalho não está em mostrar as más condições atuais no atendimento, mas a interface entre as relações de violência intra e extra-familiar, o posicionamento do funcionalismo público em

¹ Coronelismo é o termo criado para designar certos hábitos políticos e sociais próprios do meio rural brasileiro, onde os grandes proprietários rurais, chamados de 'coronéis', exerciam absoluto domínio sobre as pessoas que viviam em suas terras ou delas dependiam para sobreviver. O fenômeno tem raízes profundas na tradição patriarcal brasileira e no arcaísmo da estrutura agrária do país. Também é utilizado, na atualidade, para designar a política nepotista e demagógica de alguns políticos. **Exemplo:** *Senhores de grandes extensões de terra que exploravam os agricultores. Fazendeiros que, usando da influência de sua propriedade ou da força, obrigavam seus colonos a votarem em seus candidatos políticos.*

relação a situação existente e fatídica e os resultados positivos da aplicação da política do bom senso nos procedimentos diários, aliados as políticas públicas direcionadas a infância e juventude, mostrando o trabalho desenvolvido ao longo de um ano no município, em um esforço para garantir proteção e buscar qualificação nos serviços. De acordo com o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente), “os princípios que correspondem a direitos humanos exclusivos de crianças e adolescentes são: proteção integral, prioridade absoluta e reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos”, o trabalho deve ser realizado em todos os municípios, regido por esses princípios, que se forem esmiuçados, geram trabalho complexo e a longo prazo, quando se trata de um município empobrecido culturalmente, economicamente e intelectualmente, com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, visível na prática profissional diariamente por meio de diversas situações ligadas a pobreza extrema, mas principalmente pelo alto índice de analfabetismo. Buscamos neste trabalho não abordar as questões pertinentes ao trabalho como um todo do serviço social no judiciário, que resumidamente, atende as famílias com processos judiciais, geralmente, medidas de proteção a crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres vitimizadas, situações de conflito extra-judiciais e /ou quem mais necessitar ou o Ministério Público e Judiciário solicitar, adoção entre outros. O Assistente Social no fórum, trabalha com todas as varas (infância e juventude, cível, da família e criminal), é o técnico responsável pela garantia a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos na Casa Lar (abrigo) e acompanhamento dos processos de adoção dos mesmos (pré e pós). Para tanto, estabelece as parcerias necessárias para uma boa execução do serviço, por meio das articulações com os demais setores e com maior proximidade com o Conselho Tutelar, no sentido de dar suporte nos atendimentos diários. Essa parceria vem dando resultados positivos, a citar, menor índice de processos judiciais, fortalecimento de vínculos familiares ameaçados e menor número de crianças acolhidas institucionalmente. O trabalho conjunto traz maiores benefícios, surtindo efeitos duradouros e menor índice de violência grave, aquelas que não podem ser trabalhadas sem rompimento de vínculos.

2. OBJETIVO GERAL

Desenvolver um trabalho de conclusão de curso empírico², esclarecendo sobre os procedimentos em relação as crianças e adolescentes em situação de risco para violência e risco social, sendo elas da área urbana e rural com abordagem ética, baseado na prática profissional, ao longo de um ano no município de Cerro Azul, Vale do Ribeira, por meio de orientações protocolares de atendimento baseadas e consolidadas a partir dos artigos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na política do bom senso aliada as políticas públicas direcionadas à infância e juventude.

2.1 Objetivos Específicos

- ✓ Conceituar e exemplificar a tipificação das violências mais freqüentes: física, psicológica, sexual e negligencial;
- ✓ Informar sobre como identificar uma violência;
- ✓ Esclarecer acerca dos procedimentos frente a situação de risco: quais instituições procurar, quais os encaminhamentos e como notificar;
- ✓ Explicar o que é a Proteção Social Especial e o que está sendo feito no município de Cerro Azul;
- ✓ Avaliar os processos de trabalho em rede realizados no município de Cerro Azul, Vale do Ribeira, no sentido de apontar os avanços e as falhas na articulação;
- ✓ Promover discussão acerca do funcionalismo público.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi executado baseado em pesquisas bibliográficas em literatura especializada, pesquisa nos arquivos do fórum municipal e principalmente no

² Empírico é o que se apóia exclusivamente na experiência e na observação, que não tem teoria científica.

cotidiano vivenciado nas relações inter-setoriais e inter-profissionais, com objetivo de estabelecer uma rede de proteção as famílias em situação de violência e risco social no município, priorizando as situações envolvendo crianças e adolescentes. Primeiramente realizamos a identificação dos setores, por meio de visitas nas secretarias municipais, postos de saúde, hospital, delegacia de polícia cível e militar, conselho tutelar e projetos sociais, que no município são dois: Projeto Piá, que abrange o atendimento de crianças de 6 a 12 anos e o Projeto Beija-Flor, que abrange adolescentes de 12 a 17 anos de idade. Ambos os projetos sociais priorizam pessoas em situação de risco ou com medida de proteção judicial. Num segundo momento, buscamos a interação entre os setores, por meio de reuniões e capacitações. Em um terceiro e atual momento buscamos o atendimento efetivo e de qualidade as famílias em situação de violência, que são a prioridade e implantamos a ficha de notificação em todos os setores públicos, inclusive nas escolas urbanas e rurais, explicando como e quando preenchê-la a para onde encaminhar. Os resultados deste árduo trabalho diário será percebido a longo prazo, a meta é que se consigam resultados significativos em aproximadamente 30 anos, pois o município tem grande atraso nas questões de articulação em rede em prol da qualidade dos serviços prestados e história de 150 anos de correlação de dependência da população pauperizada em relação ao funcionalismo público, que em maioria envolve as famílias de classe média e alta, em geral familiares da antiga burguesia.

Procuramos aproximação e boa relação com o Conselho Tutelar, que é o órgão responsável pelos atendimentos em defesa dos direitos da criança e adolescente e realizamos ao longo de 2010 e 2011 suporte direto nos trabalhos.

4. AVANÇOS APÓS A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ECA

Nos últimos vinte anos, a infância e adolescência tem passado por inúmeros avanços em relação a sua proteção, estabelecidas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que surgiu para romper com os conceitos do Código de Menores, que precedeu o atual estatuto, não percebia a criança e o adolescente como sujeito

de direitos. O Código de Menores tinha caráter punitivo e visava somente as penalidades relacionadas a atos infracionais cometidos antes da maioridade. O interesse era a punição a esses jovens considerados delinquentes e marginais, que eram encaminhados a abrigos e as antigas febéns (atual educandário). Onde ao contrário de profissionalização e inclusão social, aprendiam o que é criminalização. Os que não haviam até então cometido crimes de relevância, a partir desta experiência provavelmente passariam a cometer, quando adquirisse a maioridade e saísse do sistema penal, os que haviam cometido atos infracionais graves, certamente sairiam mais háptos a criminalidade e o que é ainda mais complicado e preocupante, com rancor e sentimento de vingança que o tornaria ainda mais violento e perigoso na vida em liberdade, o que se assemelha ao sistema prisional atual no país.

“Em contraposição ao Código de Menores, de 1979, o ECA formalizou novas concepções que redefinem esses grupos sociais no que se refere a delimitação de duas classes de idade com características distintas – crianças são pessoas que se encontram na faixa etária de 0 a 12 anos incompletos e adolescentes são aqueles que estão entre os 12 e 18 anos de idade – quanto aos conceitos a partir dos quais o grupo é nomeado. A nova lei expressa a concepção de que esses sujeitos, pelo fato de se encontrarem em fase especial de desenvolvimento, são merecedores de proteção integral aos seus direitos e a garantia de seu futuro deve ser tratada como prioridade absoluta da família, do Estado e da sociedade” (BITTENCOURT RIBEIRO, Fernanda; p.97)

O ECA, estabelece a criança e o adolescente como prioridade absoluta nos atendimentos, sejam eles de saúde, assistência, educação, judiciário entre tantos. Existem críticas ao Estatuto, que dizem que essa série de leis que o formam, vieram para tirar a autonomia dos pais e permitir que seus filhos cresçam sem limites e responsabilidades, porém o ECA surgiu para proteger as crianças e adolescentes que estavam a margem de violações graves, cometidas inclusive por um sistema que deveria protegê-los. Tem o objetivo de prevenir situações de violação de direitos humanos e fundamentais, como moradia, alimentação, educação, situações de negligência intencional e não intencional, espancamentos, abuso/exploração sexual, trabalho infantil etc., vem para garantir a dignidade humana e o respeito as crianças

e adolescentes. Cabe ressaltar que as leis existem como garantia judicial que a proteção será efetivada, mas existem pessoas trabalhando com elas, que se utilizam principalmente do bom senso para saber quando fazer valer um direito. Ainda existe a preocupação quanto ao alarme da violência, por vezes causando humilhação social e a ocultação das situações que devem ser faladas. Os espaços institucionais, como a escola expõem de maneira equivocada uma determinada situação ou em contraponto, ocultando fatos por desconhecer os encaminhamentos a serem dados e/ou por coação e medo. Tal atitude de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) se caracteriza como omissão e é considerada uma violação de direitos.

5. CONCEITUANDO E TIPIFICANDO AS VIOLÊNCIAS

De acordo com Azevedo e Guerra (2001):

“os atos violentos às crianças e adolescentes acontecem, em sua maioria, no âmbito familiar, o que foi conceituado como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida”.

Estima-se que entre 10 a 20 casos deixam de ser registrados para cada notificação realizada (PASCOLAT, 2001 apud PIRES et al., 2005). Segundo Gonçalves (2002 apud PIRES et al., 2005) ocorre dificuldade para identificação dos casos, por falta de informações básicas que permitam o diagnóstico, sendo esta um dos principais responsáveis pela subnotificação da violência ou maus tratos contra crianças e adolescentes.

Segundo José Vicente Tavares dos Santos:

“A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, que impede o reconhecimento do outro - pessoa, classe, gênero ou raça - mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de

dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea” (Tavares dos Santos, p. 281).

Percebe-se que a família que deveria proteger, nem sempre garante proteção, e se tornou comum a violência dentro de casa, por pai, mãe, irmãos, avós, tios, padrastos, madrastas etc. Segundo o Grupo Pesquisa Violência Intrafamiliar, (FMP) “a família não necessariamente é o centro e o núcleo de proteção de crianças e adolescentes, podendo ser a origem de agressões”.

A violência se define em vários tipos, as mais frequentes são a violência física, psicológica, sexual e a negligencial, as quais são definidas:

Violência Física: Consiste em violação pelo uso da força, agressão física com ou sem objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes, podem ocorrer por meio de surras de cinto, chinelo, fio, tapas, socos, chutes, pedras e demais utensílios, queimaduras, entre muitas outras. São atos violentos, geralmente de forma intencional.

Violência Psicológica: Consiste em agressão emocional, utilizar relações de poder, comumente familiar, influenciando os pensamentos de um sujeito de forma negativa, o fazendo por vezes se sentir inferior, degradando a sua auto-estima, discriminando, humilhando, desrespeitando, culpabilizando, privando, depreciando, cobrando exageradamente, etc.

Violência sexual: Consiste em situação de risco para o abuso ou o abuso de fato, sem consentimento, ou no caso das crianças e adolescentes por parte de adulto com menor de idade mesmo que autorizado se caracteriza criminalmente como estupro. Ação de abusar sexualmente, por meio de palavras, toques, imagens, exibicionismos, exploração sexual infantil, deixando ou não marcas corporais visíveis, com ou sem penetração.

Negligência: Caracteriza-se pela omissão dos pais ou responsáveis, desatenção, falta dos cuidados básicos, como alimentação, higiene, medicação caso necessário, falta de garantias de sobrevivência e pleno desenvolvimento físico, emocional, econômico e social. A negligência pode ser intencional ou não e suas consequências podem ser permanentes e graves. Consiste na falta de proteção.

5.1 Identificando a situação de Violência

Para que se perceba uma situação de violência é necessário atenção no comportamento das crianças e adolescentes. O Profissional mais próximo e que este segmento tem como referência, é sem dúvidas o profissional da escola, seja ele o cozinheiro, o profissional dos serviços gerais, o porteiro, o professor ou o Diretor. Portanto é responsabilidade e dever desses profissionais, assim como de todo o funcionalismo público e de toda a sociedade, informar os setores responsáveis as suspeitas ou constatações de violação de direitos. Um dos fatores que mais influenciam de forma direta na detecção e proteção dessas crianças e adolescentes é a omissão, que é considerada conivência com situações de violência. Constatada omissão, a pessoa ou instituição omissa pode responder criminalmente.

Existem evidências claras, que facilitam uma ação efetiva em uma determinada situação e um diagnóstico preciso baseado em uma avaliação criteriosa, principalmente quando a situação ultrapassou as medidas de prevenção, que se pode perceber se tiver atenção. Uma criança / adolescente que anteriormente era alegre e espontâneo, muda o comportamento sem motivos aparentes. Mudanças drásticas de comportamento são motivos de preocupação e alerta. Marcas e cicatrizes pelo corpo, com diferentes níveis de cicatrização, caracteriza violência sofrida ao longo do tempo, anos de sofrimento e silêncio causado pelo medo. A criança/adolescente, pais ou responsáveis quando questionados sempre tem uma explicação, o filho caiu da cama ou da bicicleta, mas o hematoma ou lesão demonstra outra situação, o que está visível não se complementa com o que não está. Quando a história é repetitiva e recorrente, ou quando existe uma lesão semelhante em outra parte do corpo já cicatrizada, é motivo de investigação e atenção. A questão da violência está implícita nas ações e relatos. Crianças rebeldes ou quietas demais, podem estar reproduzindo violência, que talvez veja ou seja vítima em casa. Cabe aos profissionais que trabalham no embate direto com a sociedade ter cautela e olhos clínicos, as vezes não necessita que a criança ou adolescente denuncie seu agressor, e sim que olhos atentos a percebam. Dificilmente uma vítima de violência intra-familiar denunciará seu agressor, pois existe uma relação de vínculo afetivo, de confiança desconstruída ao longo do processo de agressão.

6. PARA MAIOR COMPREENSÃO: PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

A ameaça ou violação de direitos se constitui a partir de várias situações, como violência física, psicológica, moral e sexual, tráfico de pessoas, trabalho infantil, situação de rua e mendicância, abandono, retirada do convívio familiar em medida de proteção, discriminação em decorrência de orientação sexual / raça / etnia, submissões que firam o bem estar etc. A Assistência Social, além das demandas da Assistência Social Básica atendida pelos CRAS, atendem as situações onde os direitos foram ameaçados ou violados por meio da Proteção Social Especial, que se define em dois níveis: proteção social especial de média e alta complexidade. O espaço adequado para a realização desse atendimento seria CREAS, que é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, mas no município não possuímos este espaço pelo motivo de não termos porte, ou seja, número suficiente de habitantes. No momento estamos estabelecendo a Rede de Proteção a Situação de Violência e Risco Social, que envolve todos os setores e Secretarias, promovendo a articulação das instituições, representados por uma pessoa de referência em cada instituição. A Rede de Proteção tem objetivo de potencializar e otimizar o atendimento as situações complexas e conflituosas e promover a mobilização por meio de eventos que contribuam para a prevenção das violações, sejam elas com criança e adolescente (PRIORIDADE), idoso, pessoa com deficiência, grupos excluídos e segmentados por motivo de pobreza, doença, raça, gênero e quem dela necessitar. A meta da Rede não é excluir a violência, tendo em vista que sempre irá existir, a perspectiva é realizar ações sociais para minimizá-la e fazer com que ela seja notificada e não escondida.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais elaborada e distribuída por profissionais do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), a proteção social de média complexidade é um “ serviço de apoio de orientação e acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenção e orientações direcionadas para a promoção, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares,

comunitários e sociais para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam ou submetem a situação de risco pessoal ou social” O atendimento seja em nível de prevenção ou proteção se articula com todos os órgãos do sistema de garantia de direitos, por isso a importância do estabelecimento da Rede de Proteção no município.

Segundo a Tipificação acima mencionada, a proteção social de alta complexidade compreende o “ acolhimento em diferentes tipos de equipamentos destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, respeito aos costumes, as tradições e a diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual”.

7. O TRABALHO DO CONSELHO TUTELAR EM PARCERIA COM O SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO

O Conselho Tutelar tem como atribuição principal garantir a proteção as crianças e adolescentes, sabendo que este segmento é prioridade absoluta em qualquer atendimento, principalmente quando se refere a serviços públicos, podendo requisitar a qualquer momento os respectivos serviços. Segundo o ECA “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária”. Quando o estatuto trás todos esses direitos, está dizendo que para as crianças e adolescentes são garantidos por lei, todos esses direitos com a devida qualidade e é dever Estado concretizar os seus artigos, por meio do Conselho Tutelar trabalhando pela sua efetivação. Quando iniciamos o trabalho em parceria com o Conselho Tutelar em setembro de 2010, percebemos uma situação de desconhecimento dos princípios básicos do ECA. Mesmo com toda a dedicação dos conselheiros, que haviam estudado para passar na prova aplicada pelo Ministério Público, era visível que estudaram, mas não sabiam o que aqueles artigos expressam na prática profissional. O Conselho Tutelar de Cerro Azul é composto por cinco conselheiros,

que concorrem ao cargo por meio de eleição realizada na comunidade, após serem aprovados em uma prova elaborada pelo promotor de justiça da comarca. A escolaridade exigida é o ensino médio, mas as especificações são definidas a critério de cada município. Existem lugares que é exigido graduação, trabalham a semana toda e o salário é maior. Em Cerro Azul, os conselheiros trabalham em escala, sendo dois conselheiros por dia, somando dois dias na semana para cada. Percebendo as dificuldades encontradas por eles e os processos judiciais desnecessários em trâmite, foi realizada uma capacitação dentro do próprio Conselho Tutelar, todas as tardes, durante uma semana. Durante a capacitação foi trabalhada a questão dos procedimentos frente as situações de risco cotidianas do trabalho. Discutimos os artigos do ECA, relacionando com situações na prática e que vivenciamos diariamente, questionamos sobre as leis e sobre as pessoas que trabalham com as leis, sobre a política do bom senso. Repassamos os conhecimentos adquiridos em capacitações com o Dr. Murilo Digiácomo, promotor de justiça que trabalha no Centro de Apoio Operacional das promotorias da justiça Infância e Juventude do Ministério Público do Paraná. Atualmente a orientação é que se faz necessário além do bom senso, sensibilidade para compreender a essência de cada caso, investigar a fundo, compreender as situações e avaliar criteriosamente se existe risco individualmente, de acordo com as singularidades da situação. Às vezes basta uma orientação e não é necessário um processo judicial e as vezes exige trabalho com a família, por meio de inserção em programas e políticas municipais, nem sempre se faz necessário medidas de proteção judiciais, basta uma elucidação, algo que faça refletir sobre o que vem acontecendo. Utilizamos na capacitação documentários e filmes curtos sobre a vida de crianças e adolescentes em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, com objetivo de compreender e avaliar suas histórias e fazendo um comparativo com atitudes diárias. Os trabalhadores do Conselho Tutelar e serviço social refletiram sobre crianças sozinhas em casa, onde começa o risco, quais os procedimentos. Os procedimentos mais adequados são aqueles com visão humanizada, orientação aos genitores sobre todas as possibilidades (creches / projetos), advertir e orientar sobre os perigos de uma criança sozinha em casa, a partir de qual idade é recomendável ou não. Foi realizada discussão sobre o que é negligência intencional e não

intencional, quando é indicado o acompanhamento extra-judicial, como abordar uma família com linguagem simples e de fácil compreensão, quando uma situação de negligência não intencional exige uma medida de proteção mais rigorosa. Caso realmente exista um risco eminente, procurar a família extensa (irmãos, tios ou amigos que tenham vínculo com a criança), pessoas que possam manter os cuidados necessários ao infante no horário de trabalho dos genitores em último caso, procurar possíveis parentes ou amigos que possam adquirir a guarda dessa criança / adolescente (isso caso os pais não manifestem atitudes em prol da proteção do infante). Em casos de violência diagnosticada, de imediato procurar o afastamento do agressor da residência, se intra-família houver convivência e não demonstrar possibilidade de proteção, remoção para local seguro em proteção da criança e encaminhamento a família extensa e/ou alguém que mantenha vínculo afetivo e em última instância o acolhimento institucional. O acolhimento institucional ocorre somente quando todas as possibilidades foram esgotadas e não existe ninguém da família ou amigos próximos que mantenham vínculo ou tenham interesse. Ocorre em caráter temporário, atualmente o prazo para destituição do poder familiar e colocação em família substituta ou devolução para família de origem é de dois anos. Porém esses dois anos podem ser muito tempo, dependendo da idade da criança e por vezes voltam para a família de origem e reincidem ao abrigo, e a contagem de tempo recomeça. Existem casos no município de crianças que passaram cerca de seis anos no acolhimento e hoje residem com a mãe. É importante sempre ressaltar que a retirada de uma criança ou adolescente de sua família é uma violação de direitos. A garantia de convivência familiar é um direito previsto no ECA, nos casos de violência, é importante lembrar e buscar o procedimento mais adequado, que é a retirada do agressor, pois esse sim precisa ser punido e não a criança. Um fato extremamente importante para a realização de um trabalho qualificado, é a interação da equipe sobre todos os casos e a discussão dos encaminhamentos. A documentação também é um fator imprescindível para que todos estejam inteirados e para que futuras equipes saibam o que foi feito em determinados casos. Trabalhamos com os conselheiros a questão da importância de pararmos para ouvir e entender as pessoas, saber sua história, para somente dessa forma emitir uma opinião e parecer de um conflito, buscando alternativas e soluções.

Nos primeiros três meses de trabalho, o serviço social estava diariamente no Conselho Tutelar, depois foi diminuindo a frequência, atualmente realizamos visita aproximadamente uma vez na semana ou duas, dependendo da demanda de atendimento. O suporte é direto, pessoalmente e/ou por telefone, tanto das práticas, quanto dos relatórios. A relação é de parceria, para que consiga-se alcançar o mais próximo do correto na garantia de proteção a este segmento, tendo em vista que o Serviço Social trabalha na Casa Lar e no Fórum, um trabalho reflete diretamente no outro, portanto o adequado é trabalho em equipe. Quando o Conselho Tutelar falha, começa uma reação em rede de falhas, que incidem significativamente e de forma negativa na vida de seres humanos em formação e que podem estar perdendo a oportunidade de uma vida digna. Quando começamos o trabalho em parceria com o Conselho Tutelar, a situação existente era de processos judiciais por motivos supérfluos, o que causava congestionamento na demanda do fórum. Na Casa Lar (abrigo), existiam 13 crianças, das quais 8, voltaram para a família de origem ao longo deste ano, pois era questão de trabalho com a família para reinserção, o que não estava acontecendo e por esse motivo, cinco irmãos permaneceram indo e vindo do acolhimento e outro grupo de três irmãs permaneceram um ano acolhidas, sem que qualquer trabalho efetivo fosse realizado. Os dois grupos de irmãos, encontram-se acerca de um ano com as famílias de origem, sem maiores conflitos que fujam da normalidade familiar. Após a volta para a família, acompanhamos semanalmente as crianças e adolescentes, encaminhando ao judiciário os respectivos relatórios, com o tempo e situação satisfatória, vamos diminuindo a frequência, até que em seis meses, deixamos de realizar acompanhamento periódico, emitindo parecer positivo em relação ao caso. Foram obtidos grandes resultados, durante os meses de Janeiro à Setembro de 2011, houveram pouquíssimos processos de Medida de Proteção, aproximadamente cinco, pois agora o Conselho Tutelar sabe em quais casos são necessários medidas judiciais e que em todos os casos, primeiramente busca-se a mediação e resolução, caso todas as tentativas extra-judiciais falhem, medida judicial. O número de processos baixou, porque foi executado ao longo deste ano, um trabalho árduo de prevenção e diligências protetivas que deram certo, sem que chegassem ao judiciário, à luz de que o Conselho Tutelar tem autoridade para realizar essas mediações. Trabalhamos

por meio de orientações e encaminhamentos, potencializados por articulações com alguns profissionais de outros setores, o que garante o fortalecimento de ações efetivas. Aproximadamente oito meses atrás, implantamos a ficha de notificação à situação de risco para violência ou violência diagnosticada, elaborando um pequeno manual de quando preencher e para onde encaminhar. A ficha foi encaminhada a todos os setores públicos, além de estar sempre disponível em um grupo de e-mail, no qual os representantes de cada setor na Rede e todas as pessoas interessadas (diretores e professores das escolas, educadores dos projetos sociais) tem acesso, vem dando resultados imprescindíveis e significativos para a proteção integral a infância e juventude.

8. FUNCIONALISMO PÚBLICO: AVANÇOS E RETROCESSOS NO TRABALHO EM REDE

Quando falamos de rede de proteção, estamos diretamente ou associativamente tratando dos conflitos relacionados ao risco para violência intra-familiar e/ou risco social. O risco social consiste, para além da violência, em situações de pobreza extrema, que acarretam falta de qualidade de vida, seja na alimentação, moradia, falta de acesso a bens e serviços, falta de condições psicológicas, intelectuais, culturais e econômicas para garantia do desenvolvimento saudável da família e neste caso especificamente das crianças e adolescentes. “Quando nos referimos a uma estrutura social pautada na perspectiva de redes, estamos afirmando que esta se constitui de um sistema aberto, altamente dinâmico, propício as inovações sem sentir-se ameaçado em seu equilíbrio” (Lopes). Nas articulações inter-setoriais, percebe-se a dificuldade em abrir-se a comunicação sem coações ou medos, sem a perspectiva de estar sendo errado ou ser ridicularizado em suas idéias. A questão da comunicação superficial, a exemplo: ligações durante o expediente para encaminhamentos de situações, sem documentação ou diálogo sobre o caso, dificulta a qualidade dos atendimentos, principalmente quando se trata de proteção especial. Nos casos diários de atendimento emergencial, não faz diferença na qualidade do atendimento imediato, a falta de consenso, boa articulação e documentação, mas a longo prazo, faz toda a diferença, porque não temos no

município qualquer dado estatístico que fortaleça as ações coletivas concretas. São visíveis as dificuldades em relação a efetividade das ações, no contexto social, quando os setores disputam os méritos das atividades, por questões políticas. Quando o necessário é que qualquer ação do funcionalismo público, independente do setor seja articulada em prol da qualidade dos serviços aos seus usuários. No município de Cerro Azul, foram realizadas capacitações sobre violência e sobre articulação em rede, porém capacitações caríssimas trazidas de fora nunca surtiram efeito. Foram realizadas várias reuniões para tratar dos procedimentos em situação de violência, seja ela concreta ou suspeita, para esclarecer sobre as atribuições de cada setor, inclusive do Conselho Tutelar, elucidando sobre quando convocar uma reunião para tomada de decisões em grupo e os benefícios desta ação, para explicar quais os objetivos de uma rede de proteção e para definir quais seriam as ações a partir de então, preventivas e protetivas a serem iniciadas. Foram muitos os avanços, a comunicação ficou mais clara e próxima, algumas pessoas se sobressaíram e muito se esclareceu sobre as responsabilidades (também judiciais), de cada setor por meio de seus trabalhadores. Percebe-se que, atualmente está mais fácil encaminhar situações e ter certeza que serão efetivas, pois cada um sabe da seriedade envolvida a cada situação. Atualmente a Rede de Proteção está composta por representantes de todos os setores, secretarias, escolas e projetos sociais. Porém, as dificuldades são muitas, existem profissionais com a cultura de que ser funcionário público é trabalhar pouco e ter retorno financeiro bom. Essa situação fica evidente quando é necessário alguma ação fora do horário de expediente ou em feriado, pois as pessoas adiam atendimentos de proteção imediata para o próximo dia de trabalho. Ser funcionário público em qualquer esfera exige responsabilidade dobrada, independente de quanto é sua remuneração. Quando inicia no emprego, está ciente de qual será seu salário e quais são suas atribuições, portanto no mínimo garantir um bom atendimento, o que não é somente atender a necessidade de saúde, educação ou assistência e sim, atenção e respeito para com qualquer pessoa que necessite de atendimento. As interfaces existentes entre funcionalismo público, rede de proteção e relações de poder, estão explícitas nos trabalhos desenvolvidos. A sociedade cerroazulense ainda não consegue perceber quais são seus direitos e que em qualquer setor tem que ser bem

atendidos. Está sendo realizado trabalho em pequena escala nesse sentido, pois a maioria da população reside em área rural, de difícil acesso, onde as políticas públicas não chegam. Existem localidades, que parece existir um lapso temporal de duzentos anos retroativos, famílias vivendo em situações primitivas, com as quais é muito difícil modificar a forma de viver. Atualmente, as ações em rede estão acontecendo por meio das articulações nos encaminhamentos, existe a confiança nas pessoas que se sobressaem em cada setor e que garantem os atendimentos e ações necessárias. As ações coletivas de prevenção e proteção não saíram das reuniões e no momento as reuniões não estão acontecendo. Começaram as tensões políticas partidárias, que dificultam qualquer outra ação, pois o município é pequeno, os profissionais são os mesmos que fazem parte de todas as manifestações e estão mergulhados nos eventos políticos. Existe também a questão que, os profissionais não entenderam que em uma rede de proteção não existe hierarquia ou alguém que tome a frente das situações, e sim um todo em ação, vários saberes, várias visões, várias expectativas e opiniões que qualificam um diagnóstico preciso e uma resolução mais próxima do correto.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos e principal do presente Teste de Conclusão de Curso, foi demonstrar a prática profissional no trabalho realizado ao longo de um ano em um município pequeno, de difícil acesso e com Índice de Desenvolvimento Humano baixo. Consideramos que buscamos alternativas ao longo deste período para executar da forma mais correta possível os procedimentos em relação as crianças e adolescentes no município, por meio de articulação com todos os demais setores e orientações / acompanhamento do Conselho Tutelar, que é o órgão competente. No decorrer do trabalho evidenciamos algumas situações que dificultam o trabalho e outras atividades que deram resultados positivos, assim como elucidamos acerca de questões pertinentes a violência e ao atendimento especializado. Ao longo do texto fica mencionado o esforço feito para que os procedimentos sejam efetivados e a

proteção garantida, porém não se tem menção da realidade do trabalho desenvolvido diariamente, por exemplo, quando se programam atividades para o dia seguinte, mas chega uma denúncia grave e Assistente Social e Conselho Tutelar vão fazer o atendimento de imediato e emergencial, o planejamento acaba sendo adiado para o próximo dia e assim por diante. Ou, nos dias em que esses profissionais trabalham até as 22:00 horas, e por vezes acorda as 5 da manhã para realizar encaminhamentos médicos para Curitiba, e também permanecem trabalhando em horário de almoço, pois a maioria dos casos é na área rural e não compensa voltar para a área urbana sem terminar os procedimentos. As dificuldades de locomoção, de remuneração, de falta de profissionais do Serviço Social, de falta de compreensão dos trabalhadores do funcionalismo público, de encaminhamentos a especialistas que não temos no município, as omissões diárias, as relações de poder, os desmandos do judiciário, as negligências por parte de técnicos de saúde, como psicólogos, e a falta de ética, são freqüentes do dia-a-dia profissional. Tais situações tornam todo o processo de trabalho ainda mais complexo e dificultoso, mas existem as gratificações diárias, que vem por parte da população usuária dos serviços, que conseguem o acesso as políticas públicas, que estão necessitando e sabem reconhecer em quais profissionais podem confiar a busca de um serviço, pois terão de uma forma ou de outra seus direitos garantidos. Gratificações que vem quando percebe-se a reestruturação emocional, social e econômica de uma família, a inserção de uma criança ou adolescente, os cuidados prestados a um idoso, os medicamentos caríssimos cedidos pelo estado a uma pessoa simples do meio rural, a efetivação dos mínimos sociais. Por hora, a efetivação só acontece a nível de mínimos, pois os direitos sociais constitucionais ainda estão sendo gestados lentamente pelo poder público por meio de seus trabalhadores da linha de frente.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. M. M. et al. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção.** Ciênc. saúde coletiva, jan./mar. 2005,

vol.10, no.1, p.143-149. ISSN 1413-8123. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a15v10n1.pdf>> Acesso em 25 mai 2011.

DAY, V. P., et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, abr. 2003, vol.25 supl.1, p.9-21. ISSN 0101-8108. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>> Acesso em 02 de out. de 2011.

DICIONÁRIO INFORMAL: SIGNIFICADO DA PALAVRA CORONELISMO E EMPÍRICO.

Disponível em:
<<http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=coronelismo&id=5400>>
. Acesso em 12 de Out 11.

OLIVEIRA DA SILVA, Helena e SOUZA E SILVA, Jailson de. **ANÁLISE DA VILÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE SEGUNDO O CICLO DE VIDA NO BRASIL**. São Paulo: Global, Brasília, Unicef, 2005.

POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL. CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes). Disponível em:
http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/Principios_dh.pdf.> , acesso em 07 nov 11.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À INFANCIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO. Organizado por Claudia Fonseca e Patrice Schuch. Porto Alegre: Ed UFRGS 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**. Brasília, 2009.

PASCOLAT, G. **Violência no lar contra a criança**. Revista Educar, nº 15, ago. 2000. Disponível em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/pascolat.pdf>. Acesso em: 25 mai 2011.

PIRES, A. L. D. et al. **Maus tratos contra crianças e adolescentes: avaliação das notificações compulsórias no município São José do Rio Preto**. Boletim Epidemiológico Paulista, dez. 2005, ano 2, nº 24. Disponível em: <http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa24_maus.htm> Acesso em: 25 mai 2011 .

Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Curitiba, 2010.

TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente . **A VIOLÊNCIA COMO DISPOSITIVO DE EXCESSO DE PODER**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Grupo de Pesquisa Violência Intrafamiliar.

Disponível em: <<http://violenciaintrafamiliarfmp.blogspot.com/2007/10/violencia-contras-crianas-e-adolescentes.html>>. Acesso em 21 nov 11.

ANEXOS: MANUAL E FICHA DE NOTIFICAÇÃO IMPLANTADA NOS SETORES PÚBLICOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – PR

REDE DE PROTEÇÃO À SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E RISCO SOCIAL

MATERIAL DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A FICHA DE NOTIFICAÇÃO

EM QUE SITUAÇÃO PREENCHÊ-LA?

Em situação de risco para violência ou violência de fato (consumada), por se tratar de um trabalho preventivo não necessita de provas e sim de situações que evidenciem algum tipo de degradação do ser humano, percebida pela sensibilidade dos profissionais envolvidos, não é necessário que a pessoa vitimizada solicite ajuda, e não necessariamente acarretará providências judiciais, exceto casos graves (alta complexidade). Deve ser preenchida em casos que levem a desconfiar do ato, para a devida investigação e análise de cada caso especificamente. O objetivo é a retirada da criança / adolescente, pessoa com deficiência / doença mental, idosos, mulher e demais segmentos, da situação de violência ou risco social. Retirada da situação de violência não significa retirada da família ou residência, pois em casos graves quem é retirado do convívio é o agressor e não a vítima.

O QUE É VIOLÊNCIA?

Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

TIPOS DE VIOLÊNCIA MAIS FREQUENTES:

Violência Física: Consiste em violação pelo uso da força, agressão física com ou sem objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes, podem ocorrer por meio

de surras de cinto, chinelo, fio, tapas, socos, chutes, pedras e demais utensílios, queimaduras, entre muitas outras.

Violência Psicológica: Consiste em agressão emocional, utilizar relações de poder, comumente familiar, influenciando os pensamentos de um sujeito de forma negativa, o fazendo por vezes se sentir inferior, degradando a sua auto-estima, discriminando, humilhando, desrespeitando, culpabilizando etc.

Violência sexual: Consiste em situação de risco para o abuso ou o abuso de fato, sem consentimento, ou no caso das crianças e adolescentes por parte de adulto com menor de idade mesmo que autorizado se caracteriza criminalmente como estupro.

Negligência: Caracteriza-se pela omissão dos pais ou responsáveis, desatenção, falta dos cuidados básicos, como alimentação, higiene, medicação caso necessário, falta de garantias de sobrevivência e pleno desenvolvimento. A negligência pode ser intencional ou não e suas conseqüências podem ser permanentes e graves.

- ✓ *Os atos violentos às crianças e adolescentes acontecem, em sua maioria, no âmbito familiar, o que foi conceituado como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Estima-se que entre 10 a 20 casos deixam de ser registrados Boletim de Ocorrência para cada notificação realizada, em suma por falta de garantia de proteção a família envolvida.*

O QUE É RISCO SOCIAL?

Situações em que a pessoa / família está vulnerável a situações degradantes, de desproteção, seja ela em situações de risco para violência ou de vulnerabilidade social, que ocorre em situações de instabilidade econômica, cultural, social e emocional, que acarretam uma série de expressões da desigualdade social, como falta de alimentos, condições de pagar as contas básicas, saúde mental afetada, etc. Não necessariamente a família / pessoa necessita estar mal vestida ou visivelmente

empobrecida, QUALQUER PESSOA PODE ESTAR EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, por diversos motivos. Situações em que a família necessita de auxílio para se restabelecer financeiramente e socialmente, o que chamamos de atendimentos emergenciais por meio de benefícios eventuais, tais como: cesta básica, requisição para foto, documentos, luz fraterna, inserção em cursos entre outros. A política de Assistência Básica é atendida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), localizado ao lado da prefeitura. O objetivo da Assistência é garantir proteção da família, através da SERGURIDADE SOCIAL, que é baseada em três fatores: saúde, assistência e previdência que são DIREITOS SOCIAIS CONSTITUCIONAIS, a serem garantidos no mesmo nível universalizante.

- ✓ A omissão à situações de violência e risco social é considerada pelo Ministério Público e Judiciário como negação de direitos e caracteriza-se por negligência, ou seja a omissão é um tipo de violência implícita e pode ser representada criminalmente.

PARA ONDE ENCAMINHAR A NOTIFICAÇÃO?

Em casos que envolvam crianças e adolescentes, a ficha de notificação deve ser encaminhada ao CONSELHO TUTELAR, em casos que envolvam pessoas com deficiência / doença mental, deficiência física, motora ou sensorial, idosos, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas / grupos discriminados socialmente por cor, etnia, gênero etc, a ficha deve ser encaminhada a qualquer membro da rede de proteção. A rede de proteção é um conjunto de pessoas e ações que trabalham com medidas preventivas e protetivas para efetivar os direitos sociais, garantindo proteção à família. Depende do comprometimento de toda a sociedade, e principalmente das instituições públicas, por meio dos professores da rede municipal e estadual, enfermeiros e médicos do hospital, postos de saúde, CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), todos os espaços públicos trabalhando conjuntamente em prol do coletivo. **Essa rede tem uma comissão organizadora de suas ações, constituída por um**

representante de cada Secretaria Municipal ou instituição, sendo:
Secretaria Municipal de Assistência Social: DARLENE VENANCIO DINIZ,
Secretaria Municipal de Saúde: RAQUEL F. BRAINE, Conselho Tutelar:
HELOIZE PLATNER, Hospital: TEREZINHA STRUJACK, estamos aguardando a representação da Secretaria Municipal de Educação. A rede de proteção parte do princípio da perspectiva multidisciplinar, vários saberes trabalhando com o mesmo objetivo, para estabelecer os encaminhamentos mais corretos possíveis diante dos conflitos existentes.

Espero que não precisemos utilizar a notificação, mas caso se faça necessário não pensem duas vezes, afinal melhor investigarmos para garantir a proteção, do que nos omitirmos e sermos coniventes com crimes. Qualquer dúvida nos procurar ou entrar em contato por e-mail.



DATA DA NOTIFICAÇÃO: / /

29